

José Jairo Gomes

DIREITO ELEITORAL

11ª EDIÇÃO

REVISTA, ATUALIZADA E AMPLIADA

atlas

Sumário

Abreviaturas, xvii

Nota à 11ª edição, xix

Prefácio, xxiii

I Direitos políticos, 1

- 1 Compreensão dos direitos políticos, 1
 - 1.1 Política, 1
 - 1.2 Direito político, direito constitucional e ciência política, 3
 - 1.3 Direitos políticos, 4
- 2 Direitos humanos e direitos políticos, 6
- 3 Direitos fundamentais e direitos políticos, 8
- 4 Privação de direitos políticos, 8
 - 4.1 Considerações iniciais, 8
 - 4.2 Cancelamento de naturalização, 10
 - 4.3 Incapacidade civil absoluta, 12
 - 4.4 Condenação criminal transitada em julgado, 12
 - 4.5 Recusa de cumprir obrigação a todos imposta, 18
 - 4.6 Improbidade administrativa, 20

II Direito eleitoral, 21

- 1 Conceito e fundamento do Direito Eleitoral, 21
- 2 O microsistema eleitoral, 23
- 3 Conceitos indeterminados, 23
- 4 Fontes do Direito Eleitoral, 24

- 5 Hermenêutica eleitoral, 26
 - 5.1 Proporcionalidade e princípio da razoabilidade, 28
- 6 Relação com outras disciplinas, 33

III Princípios de direito eleitoral, 35

- 1 Sobre princípios, 35
- 2 Princípios fundamentais de Direito Eleitoral, 37
- 3 Democracia, 37
- 4 Democracia partidária, 41
- 5 Estado Democrático de Direito, 43
- 6 Soberania popular, 44
- 7 Princípio republicano, 44
- 8 Princípio federativo, 45
- 9 Sufrágio universal, 46
 - 9.1 Que é sufrágio?, 46
 - 9.2 Sufrágio e cidadania, 47
 - 9.3 Classificação do sufrágio, 48
 - 9.4 Sufrágio e voto, 50
 - 9.5 Voto, 50
 - 9.6 Voto e escrutínio, 53
 - 9.7 Voto eletrônico ou informatizado, 53
 - 9.7.1 Voto impresso, 54
- 10 Legitimidade, 56
- 11 Moralidade, 57
- 12 Probidade, 58
- 13 Igualdade ou isonomia, 59
- 14 Princípios processuais, 59

IV Justiça eleitoral, 65

- 1 Considerações iniciais, 65
- 2 Funções da justiça eleitoral, 69
 - 2.1 Função administrativa, 69
 - 2.2 Função jurisdicional, 70
 - 2.3 Função normativa, 71
 - 2.4 Função consultiva, 72
- 3 Tribunal Superior Eleitoral, 73
- 4 Tribunal Regional Eleitoral, 75
- 5 Juízes eleitorais, 78
- 6 Juntas Eleitorais, 80
- 7 Divisão geográfica da justiça eleitoral, 81

V Ministério Público eleitoral, 83

- 1 Considerações iniciais, 83
- 2 Procurador-Geral Eleitoral, 84
- 3 Procurador Regional Eleitoral, 85
- 4 Promotor Eleitoral, 86

VI Partidos políticos, 91

- 1 Introdução, 91

- 2 Definição, 93
 - 3 Liberdade de organização, 95
 - 4 Natureza jurídica, 96
 - 5 Registro no TSE, 96
 - 6 Financiamento partidário, 97
 - 7 Filiação e desfiliação partidária, 99
 - 8 Fidelidade partidária, 101
 - 9 Perda de mandato por infidelidade partidária, 104
 - 10 Vícios do sistema partidário brasileiro, 119
- VII Sistemas eleitorais, 121**
- 1 Considerações iniciais, 121
 - 2 Sistema majoritário, 122
 - 3 Sistema proporcional, 122
 - 4 Sistema distrital de maioria simples, 128
 - 5 Sistema misto, 128
- VIII Alistamento eleitoral, 131**
- 1 Considerações iniciais, 131
 - 2 Domicílio eleitoral, 132
 - 3 Alistamento eleitoral obrigatório, 133
 - 3.1 Realização do alistamento, 133
 - 3.2 Pessoas obrigadas a se alistar, 135
 - 3.3 Sigilo do cadastro eleitoral, 139
 - 4 Alistamento eleitoral facultativo, 139
 - 5 Inalistabilidade, 140
 - 6 Transferência de domicílio eleitoral, 141
 - 7 Cancelamento e exclusão, 144
 - 8 Revisão do eleitorado, 147
- IX Elegibilidade, 151**
- 1 Caracterização da elegibilidade, 151
 - 2 Condições de elegibilidade, 152
 - 2.1 Nacionalidade brasileira, 152
 - 2.2 Pleno exercício dos direitos políticos, 153
 - 2.3 Alistamento eleitoral, 153
 - 2.4 Domicílio eleitoral na circunscrição, 153
 - 2.5 Filiação partidária, 154
 - 2.6 Idade mínima, 156
 - 3 Elegibilidade de militar, 157
 - 4 Reelegibilidade, 159
 - 5 Momento de aferição das condições de elegibilidade, 160
 - 6 Arguição judicial de falta de condição de elegibilidade, 162
 - 7 Perda superveniente de condição de elegibilidade, 163
- X Inelegibilidade, 165**
- 1 Caracterização da inelegibilidade, 165
 - 1.1 Conceito de inelegibilidade, 165
 - 1.2 Natureza jurídica e fundamento da inelegibilidade, 166

- 2 Incompatibilidade e desincompatibilização, 169
 - 2.1 Desincompatibilização e reeleição, 170
- 3 Classificação das inelegibilidades, 170
- 4 Inelegibilidades constitucionais, 172
 - 4.1 Considerações iniciais, 172
 - 4.2 Inelegibilidade de inalistáveis, 173
 - 4.3 Inelegibilidade de analfabetos, 173
 - 4.4 Inelegibilidade por motivos funcionais, 177
 - 4.5 Inelegibilidade reflexa: cônjuge, companheiro e parentes, 180
 - 4.5.1 Inelegibilidade reflexa derivada de matrimônio e união estável, 183
 - 4.5.2 Inelegibilidade reflexa e família homoafetiva, 187
 - 4.5.3 Inelegibilidade reflexa derivada de parentesco por consanguinidade ou adoção até o 2º grau, 187
 - 4.5.4 Inelegibilidade reflexa derivada de parentesco por afinidade até o 2º grau, 188
 - 4.5.5 Flexibilização da inelegibilidade reflexa, 188
- 5 Inelegibilidades infraconstitucionais ou legais, 189
 - 5.1 Considerações iniciais, 189
 - 5.2 A Lei Complementar nº 64/90, 190
 - 5.3 Inelegibilidades legais absolutas, 190
 - 5.3.1 Perda de mandato legislativo (art. 1º, I, b), 191
 - 5.3.2 Perda de mandato executivo (art. 1º, I, c), 192
 - 5.3.3 Renúncia a mandato eletivo (art. 1º, I, k), 193
 - 5.3.4 Abuso de poder econômico e político (art. 1º, I, d), 195
 - 5.3.5 Abuso de poder político (art. 1º, I, h), 198
 - 5.3.6 Abuso de poder: corrupção eleitoral, captação ilícita de sufrágio, captação ou gasto ilícito de recurso em campanha, conduta vedada (art. 1º, I, j), 199
 - 5.3.7 Condenação criminal, vida pregressa e presunção de inocência (art. 1º, I, e), 201
 - 5.3.8 Indignidade do oficialato (art. 1º, I, f), 206
 - 5.3.9 Rejeição de contas (art. 1º, I, g), 206
 - 5.3.10 Cargo ou função em instituição financeira liquidanda (art. 1º, I, i), 216
 - 5.3.11 Improbidade administrativa (art. 1º, I, l), 217
 - 5.3.12 Exclusão do exercício profissional (art. 1º, I, m), 218
 - 5.3.13 Simulação de desfazimento de vínculo conjugal (art. 1º, I, n), 219
 - 5.3.14 Demissão do serviço público (art. 1º, I, o), 220
 - 5.3.15 Doação eleitoral ilegal (art. 1º, I, p), 221
 - 5.3.16 Aposentadoria compulsória e perda de cargo de magistrado e membro do Ministério Público (art. 1º, I, q), 223
 - 5.4 Inelegibilidades legais relativas, 224
 - 5.4.1 Inelegibilidade para Presidente e Vice-Presidente da República, 226
 - 5.4.2 Inelegibilidade para Governador e Vice-Governador, 227
 - 5.4.3 Inelegibilidade para Prefeito e Vice-Prefeito, 228
 - 5.4.4 Inelegibilidade para o Senado, 228
 - 5.4.5 Inelegibilidade para a Câmara de Deputados, 228
 - 5.4.6 Inelegibilidade para a Câmara Municipal, 228
 - 5.4.7 Situações particulares, 229

- 6 Momento de aferição das causas de inelegibilidade, 236
 - 6.1 Inelegibilidades supervenientes: aferição durante o processo de registro de candidatura?, 237
- 7 Arguição judicial de inelegibilidade, 238
- 8 Suspensão do ato gerador de inelegibilidade, 239
- 9 Suspensão de inelegibilidade: o artigo 26-C da LC nº 64/90, 242
- XI Processo eleitoral, 247**
 - 1 O que é processo eleitoral?, 247
 - 2 Princípio da anualidade ou anterioridade, 250
 - 3 Salvaguarda do processo eleitoral, 254
- XII Abuso de poder, 255**
 - 1 Introdução, 255
 - 2 Abuso de poder, 257
 - 2.1 Abuso de poder econômico, 259
 - 2.2 Abuso de poder político, 261
 - 2.3 Abuso de poder “político-econômico”, 263
 - 3 Responsabilidade eleitoral e abuso de poder, 264
- XIII Registro de candidatura, 267**
 - 1 Convenção partidária, 267
 - 1.1 Caracterização da convenção partidária, 267
 - 1.2 Invalidade da convenção, 271
 - 1.3 Quantos candidatos podem ser escolhidos em convenção?, 272
 - 1.4 Indicação de candidato para vaga remanescente e substituição, 272
 - 1.5 Prévias partidárias ou eleitorais, 272
 - 1.5.1 Primárias americanas, 273
 - 2 Coligação partidária, 274
 - 3 Processo de registro de candidatura, 277
 - 3.1 Considerações iniciais, 277
 - 3.2 Rito, 280
 - 3.3 Pedido de registro, 285
 - 3.3.1 Documentos necessários ao registro, 286
 - 3.3.2 Identificação do candidato, 296
 - 3.4 Pedido individual de registro de candidatura, 297
 - 3.5 Candidatura nata, 297
 - 3.6 Número de candidatos que pode ser registrado por partido ou coligação, 298
 - 3.7 Quota eleitoral de gênero, 301
 - 3.8 Vagas remanescentes, 307
 - 3.9 Substituição de candidatos, 307
 - 3.9.1 Substituição de candidato majoritário, 309
 - 3.9.2 Substituição de candidato proporcional, 311
 - 4 Impugnação a pedido de registro de candidatura, 311
 - 4.1 Notícia de inelegibilidade, 311
 - 4.2 Ação de Impugnação de Registro de Candidatura (AIRC), 313
 - 4.2.1 Caracterização da ação de impugnação de registro de candidato, 313
 - 4.2.2 Procedimento, 314
 - 4.2.3 Prazos, 314

- 4.2.4 Início do processo, 315
 - 4.2.5 Competência, 316
 - 4.2.6 Petição inicial, 316
 - 4.2.7 Objeto, 316
 - 4.2.8 Causa de pedir, 316
 - 4.2.9 Partes, 319
 - 4.2.10 Notificação do impugnado, 323
 - 4.2.11 Defesa, 324
 - 4.2.12 Desistência da ação, 324
 - 4.2.13 Antecipação da tutela, 325
 - 4.2.14 Extinção do processo, 325
 - 4.2.15 Julgamento antecipado da lide, 326
 - 4.2.16 Fase probatória: audiência de instrução e diligências, 327
 - 4.2.17 Alegações finais, 328
 - 4.2.18 Julgamento, 328
 - 4.2.19 Recurso, 330
 - 5 Audiência de verificação e validação de dados e fotografia, 333
- XIV Campanha, financiamento e prestação de contas eleitorais, 335**
- 1 Campanha eleitoral e captação de votos, 335
 - 2 Financiamento de campanha eleitoral, 336
 - 2.1 Considerações iniciais, 336
 - 2.2 Financiamento público, 338
 - 2.3 Financiamento privado, 339
 - 3 Prestação de contas de campanha, 356
 - 4 Ação por doação irregular a campanha eleitoral, 366
- XV Pesquisa eleitoral, 371**
- XVI Propaganda político-eleitoral, 377**
- 1 Propaganda política, 377
 - 1.1 Caracterização da propaganda política, 377
 - 1.2 Novas tecnologias comunicacionais, 380
 - 1.3 Fundamentos da propaganda política, 382
 - 1.4 Princípios da propaganda política, 384
 - 1.5 Espécies de propaganda política, 386
 - 2 Propaganda partidária, 386
 - 3 Propaganda intrapartidária, 392
 - 4 Propaganda eleitoral, 393
 - 4.1 Considerações iniciais, 393
 - 4.2 Propaganda eleitoral extemporânea ou antecipada, 397
 - 4.3 Propaganda em bem público, 403
 - 4.4 Propaganda em bem de uso comum, 405
 - 4.5 Propaganda em bem cujo uso dependa de autorização, cessão ou permissão do Poder Público, 406
 - 4.6 Propaganda em bem particular, 407
 - 4.7 Distribuição de folhetos, adesivos, volantes e outros impressos, 410
 - 4.8 *Outdoor*, 410
 - 4.9 Comício, showmício e eventos assemelhados, 411

- 4.10 Alto-falante, carro de som, minitrio e trio elétrico, 412
- 4.11 Reunião e manifestação coletiva, 413
- 4.12 Culto e cerimônia religiosos, 414
- 4.13 Caminhada, passeata e carreata, 414
- 4.14 Propaganda mediante distribuição de bens ou vantagens, 415
- 4.15 Divulgação de atos e atuação parlamentar, 415
- 4.16 Mensagens de felicitação e agradecimento, 416
- 4.17 Mídia: meios de comunicação social, 417
- 4.18 Mídia escrita, 418
- 4.19 Mídia virtual, 419
- 4.20 Rádio e televisão, 420
 - 4.20.1 Debate, 423
 - 4.20.2 Debate virtual, 425
- 4.21 Propaganda gratuita no rádio e na televisão, 426
 - 4.21.1 Considerações iniciais, 426
 - 4.21.2 Primeiro turno, 429
 - 4.21.3 Segundo turno, 434
 - 4.21.4 Inexistência de emissora geradora de sinais de rádio e televisão, 435
 - 4.21.5 Participação de filiado a outro partido, 436
 - 4.21.6 Sanção, 438
- 4.22 Internet, 440
- 4.23 Página institucional, 446
 - 4.23.1 Página institucional de candidato a reeleição ou a outro cargo eletivo, 447
- 4.24 Violação de direito autoral, 448
- 4.25 Propaganda no dia das eleições, 448
- 4.26 Pronunciamento em cadeia de rádio ou TV, 449
- 4.27 Imunidade material parlamentar, 450
- 4.28 *Telemarketing* eleitoral, 450
- 5 Propaganda institucional, 450
- 6 Representação por propaganda eleitoral ilícita, 453
 - 6.1 Procedimento do artigo 96 da Lei das Eleições, 453
 - 6.2 Caracterização da representação por propaganda eleitoral ilícita, 454
 - 6.3 Aspectos processuais da representação, 455
 - 6.3.1 Procedimento, 455
 - 6.3.2 Prazos, 455
 - 6.3.3 Início do processo, 456
 - 6.3.4 Petição inicial, 456
 - 6.3.5 Objeto, 457
 - 6.3.6 Causa de pedir, 457
 - 6.3.7 Partes, 458
 - 6.3.8 Prazo para ajuizamento, 461
 - 6.3.9 Desistência da ação, 463
 - 6.3.10 Competência, 463
 - 6.3.11 Cautelar, 466
 - 6.3.12 Notificação do representado, 466
 - 6.3.13 Defesa, 467
 - 6.3.14 Intervenção obrigatória do Ministério Público, 467

- 6.3.15 Extinção do processo, 467
- 6.3.16 Julgamento antecipado da lide, 467
- 6.3.17 Fase probatória, 468
- 6.3.18 Alegações finais, 469
- 6.3.19 Julgamento, 469
- 6.3.20 Recurso, 470
- 7 Direito de resposta, 473
 - 7.1 Caracterização do direito de resposta, 473
 - 7.2 Aspectos processuais do pedido de direito de resposta, 477
- XVII Eleição, 483**
 - 1 Introdução, 483
 - 2 Garantias eleitorais, 484
 - 3 Preparação das eleições, 490
 - 4 O dia da eleição: votação, 492
 - 5 Apuração e totalização dos votos, 497
 - 6 Proclamação dos resultados, 498
- XVIII Invalidez: nulidade e anulabilidade de votos, 501**
 - 1 Considerações iniciais, 501
 - 2 Invalidez no direito eleitoral, 504
 - 2.1 Delineamento da invalidez no Direito Eleitoral, 505
 - 2.1.1 Inexistência, 505
 - 2.1.2 Nulidade, 506
 - 2.1.3 Anulabilidade, 513
 - 3 Prazos para arguição, 520
 - 4 Efeito da invalidez, 521
- XIX Diplomação, 523**
 - 1 Caracterização da diplomação, 523
 - 2 Candidato eleito com pedido de registro *sub judice*, 525
- XX Processo contencioso eleitoral I: ações judiciais, 529**
 - 1 Introdução, 529
 - 2 Ações judiciais eleitorais, 530
 - 3 AIJE por abuso de poder, 532
 - 3.1 Caracterização da AIJE por abuso de poder, 532
 - 3.2 Aspectos processuais da AIJE, 535
 - 3.2.1 Procedimento, 535
 - 3.2.2 Prazos, 536
 - 3.2.3 Início do processo, 536
 - 3.2.4 Petição inicial, 536
 - 3.2.5 Objeto, 538
 - 3.2.6 Causa de pedir, 538
 - 3.2.7 Partes, 541
 - 3.2.8 Prazo para ajuizamento, 547
 - 3.2.9 Litispendência e coisa julgada, 548
 - 3.2.10 Desistência da ação, 548
 - 3.2.11 Competência, 549

- 3.2.12 Antecipação da tutela, 550
 - 3.2.13 Cautelar, 552
 - 3.2.14 Notificação do representado, 552
 - 3.2.15 Defesa, 553
 - 3.2.16 Exceções processuais dilatórias: incompetência, impedimento e suspeição, 554
 - 3.2.17 Extinção do processo, 558
 - 3.2.18 Julgamento antecipado da lide, 558
 - 3.2.19 Fase probatória e diligências, 559
 - 3.2.20 Alegações finais, 566
 - 3.2.21 Relatório, 567
 - 3.2.22 Julgamento, 567
 - 3.2.23 Anulação da votação, 570
 - 3.2.24 Recurso, 570
 - 3.2.25 Reflexos do efeito imediato do acórdão que cassa diploma, 575
 - 3.2.26 Juízo de retratação, 575
 - 4 Ação por captação ou gasto ilícito de recurso para fins eleitorais – LE, artigo 30-A, 575
 - 4.1 Caracterização da captação ou gasto ilícito de recursos, 575
 - 4.2 Aspectos processuais, 578
 - 5 Ação por captação ilícita de sufrágio – LE, artigo 41-A, 584
 - 5.1 Caracterização da captação ilícita de sufrágio, 584
 - 5.2 Aspectos processuais, 592
 - 6 Ação por conduta vedada a agentes públicos – LE, artigos 73 a 78, 599
 - 6.1 Caracterização da conduta vedada, 599
 - 6.2 Aspectos processuais, 625
 - 7 Cúmulo de pedidos, 632
- XXI Processo contencioso eleitoral II: Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME), 635**
- 1 Caracterização da ação de impugnação de mandato eletivo, 635
 - 1.1 Compreensão da AIME, 635
 - 1.2 Inelegibilidade e AIME, 639
 - 2 Aspectos processuais da AIME, 641
 - 2.1 Procedimento, 641
 - 2.1.1 Segredo de justiça, 642
 - 2.1.2 Petição inicial, 643
 - 2.1.3 Objeto, 645
 - 2.1.4 Causa de pedir, 645
 - 2.1.5 Partes, 645
 - 2.1.6 Prazo para ajuizamento, 650
 - 2.1.7 Litispendência e coisa julgada, 651
 - 2.1.8 Desistência da ação, 651
 - 2.1.9 Competência, 652
 - 2.1.10 Cautelar, 652
 - 2.1.11 Citação, 652
 - 2.1.12 Defesa, 653
 - 2.1.13 Exceções processuais dilatórias: incompetência, impedimento e suspeição, 653
 - 2.1.14 Extinção do processo, 657

- 2.1.15 Julgamento antecipado da lide, 657
- 2.1.16 Fase probatória: audiência de instrução e diligências, 658
- 2.1.17 Alegações finais, 663
- 2.1.18 Julgamento, 664
- 2.1.19 Recurso, 666
- 2.1.20 Recurso adesivo, 669
- 2.1.21 Juízo de retratação, 669
- 2.1.22 Invalidação da votação: realização de novas eleições e convocação do segundo colocado, 669

XXII Processo contencioso eleitoral III: Recurso Contra Expedição de Diploma (RCED), 671

- 1 Caracterização do recurso contra expedição do diploma (RCED), 671
- 2 Natureza jurídica do RCED, 673
- 3 Recepção do RCED pela Constituição Federal de 1988, 674
- 4 Aspectos processuais, 675

XXIII Perda de mandato eletivo: Investidura do 2º colocado e eleição suplementar, 685

- 1 Considerações iniciais, 685
 - 1.1 Causa não eleitoral de extinção de mandato, 686
- 2 Causa eleitoral de extinção de mandato eletivo, 687
 - 2.1 Cassação de diploma ou mandato por abuso de poder e invalidação da votação, 687
 - 2.2 Indeferimento ou cassação de registro de candidatura e invalidação da votação, 688
- 3 Nova eleição e investidura do 2º colocado no pleito majoritário, 690
 - 3.1 Eleição suplementar: o artigo 224 do Código Eleitoral, 690
 - 3.2 Investidura do 2º colocado nas eleições majoritárias, 693
 - 3.3 Na eleição suplementar há novo processo eleitoral ou mera renovação do escrutínio anterior?, 695
 - 3.4 Eleição indireta, 696
 - 3.5 Ao causador da invalidação da eleição é vedado disputar o novo pleito, 698

XXIV Sanção eleitoral e sua execução, 701

- 1 Sanções eleitorais, 701
- 2 Execução de multa eleitoral, 702

XXV Ação rescisória eleitoral, 707

Referências, 711

Índice remissivo, 719